

**ATA Nº 04/2026****3ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CODEPLAN-SC**

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas e trinta minutos, nas dependências da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense – AMPLANORTE, realizou-se a 3ª Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte – CODEPLAN-SC, reunindo os prefeitos e representantes dos municípios consorciados para deliberação de pautas relacionadas a projetos regionais, turismo, gestão ambiental, resíduos sólidos e ações administrativas.

Estiveram presentes a Presidente do CODEPLAN-SC e Prefeita do Município de Três Barras, Sra. Ana Claudia da Silveira Quege; a Prefeita do Município de Canoinhas, Sra. Zenilda Lemos; o Prefeito do Município de Itaiópolis, Sr. Ivan Rech; o Prefeito do Município de Mafra, Sr. Carlos Nitz; a Prefeita do Município de Major Vieira, Sra. Aline Ruthes; o Prefeito do Município de Monte Castelo, Sr. Sirineu Ratochinski; o Prefeito do Município de Papanduva, Sr. Tafarel Shons; e o Diretor Executivo do CODEPLAN-SC, Sr. Hélio Daniel Costa.

A pauta da reunião contemplou os seguintes assuntos:

1. Atualização do projeto da Unidade de Valorização de Resíduos – UVR;
2. Prestação de contas das ações do turismo regional;
3. Projetos regionais e assuntos gerais.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS AÇÕES DO TURISMO REGIONAL

Aberta a reunião, passou-se inicialmente à apresentação das ações desenvolvidas na área do turismo regional. Foram expostos dados preliminares referentes à circulação econômica gerada por festas municipais, feiras, eventos regionais e roteiros turísticos, evidenciando o potencial econômico do turismo religioso, gastronômico, rural e de aventura na região do Planalto Norte.

Os participantes destacaram a importância do fortalecimento das rotas turísticas regionais, bem como da qualificação dos empreendimentos e serviços ligados ao setor, especialmente por meio de parcerias com instituições como Sebrae e Senar.

Na sequência, foram discutidas ações vinculadas ao Plano de Metas Regional, especialmente no eixo do turismo. Os gestores municipais ressaltaram a necessidade de priorização de ações estruturantes mais objetivas e alinhadas à realidade regional, evitando-se debates excessivamente distantes das demandas imediatas dos municípios.

Também foram apresentados resultados obtidos com a participação de artesãos e pequenos produtores em feiras e eventos regionais, demonstrando significativa circulação de recursos financeiros diretamente junto aos pequenos empreendedores locais. Destacou-se a relevância econômica das feiras de artesanato, produtos coloniais e eventos culturais, bem como a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de coleta de dados estatísticos do setor turístico regional.



Foram ainda apresentados dados preliminares relativos à movimentação econômica gerada pelos roteiros turísticos envolvendo municípios da região, especialmente Mafra, Itaiópolis e Papanduva. Os participantes reconheceram o potencial do turismo como vetor de desenvolvimento econômico regional e defenderam maior estruturação dos produtos turísticos comercializáveis, fortalecimento das rotas integradas e ampliação das parcerias institucionais.

Durante os debates, alguns gestores manifestaram preocupação quanto à morosidade na execução de determinados projetos turísticos regionais, defendendo maior agilidade na implementação de roteiros já consolidados, especialmente aqueles ligados ao cicloturismo e às rotas religiosas. Ressaltou-se a necessidade de qualificação dos pontos de apoio, meios de hospedagem e empreendimentos que atendem turistas e ciclistas.

Na continuidade, foram apresentados resultados obtidos com a participação da região na feira BNT Mercosul, ocasião em que ocorreram rodadas de negócios e articulações institucionais que já resultaram na formação de grupos interessados em visitar e investir na região, fortalecendo os roteiros turísticos e culturais locais.

Os prefeitos reiteraram a necessidade de maior integração regional, priorização das ações já iniciadas e consolidação efetiva de produtos turísticos capazes de gerar desenvolvimento econômico e fortalecimento da identidade regional.

ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DA UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS – UVR

Na pauta relacionada aos resíduos sólidos, a Presidente apresentou atualização referente ao projeto da Central Regional de Valorização de Resíduos, a ser implantada no Município de Três Barras. Foram prestadas informações acerca da área desapropriada destinada à implantação da estrutura regional, bem como das tratativas relativas à cessão de uso da área para desenvolvimento do projeto vinculado ao CODEPLAN-SC.

Em relação ao termo de cooperação com o CIMVI, foi solicitado um aditivo financeiro para um dos trabalhos a serem desenvolvidos na parte social do projeto, tendo em vista a última reunião realizado com a Caixa Econômica Federal, onde os técnicos solicitaram um redimensionamento dos trabalhos, tendo o plano de trabalho que ser refeito alterando inclusive o custo em R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).

ASSUNTOS GERAIS: BRDE

Em seguida, foi discutido o projeto regional de Parceria Público-Privada – PPP voltado à modernização da iluminação pública e implantação de soluções de cidades inteligentes. Informou-se que o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE está desenvolvendo a modelagem técnica e financeira do projeto regional, abrangendo municípios de pequeno e médio porte da região.

Foi esclarecido que o modelo prevê futura concessão da operação à iniciativa privada, utilizando receitas oriundas da COSIP para viabilização do projeto. O Diretor Executivo, Sr. Hélio Daniel Costa, informou que o aporte financeiro estimado por parte dos municípios corresponde a aproximadamente 10% do valor global projetado de R\$ 1.750.000,00, destacando a viabilidade



da participação para municípios de menor porte, como Bela Vista do Toldo, Itaiópolis, Major Vieira, Monte Castelo e Papanduva. Os participantes também trataram de projetos relacionados ao saneamento básico, concessões de água e esgoto, eficiência energética e substituição da iluminação pública convencional por tecnologia LED, compartilhando experiências municipais já em andamento.

ASSUNTOS GERAIS: PANORAMA LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Dando continuidade à reunião, Daniel apresentou dados das licenças expedidas/andamento feitas pelo consórcio. Os prefeitos debateram questões relacionadas ao licenciamento ambiental municipalizado e aos desafios enfrentados pelos municípios após a descentralização dos processos ambientais.

Diversos gestores manifestaram preocupação quanto ao aumento da burocracia e da morosidade nos procedimentos de licenciamento ambiental. Relatou-se que, embora a expectativa inicial fosse de maior agilidade com a municipalização, alguns setores da iniciativa privada vêm apontando dificuldades e excesso de formalidades nos processos atualmente conduzidos pelos municípios.

Em resposta às manifestações, esclareceu-se que os procedimentos seguem rigorosamente a legislação ambiental vigente, não havendo exigências além daquelas previstas nas normas aplicáveis. Ressaltou-se, contudo, a importância de evitar excessos de formalismo e garantir equilíbrio entre segurança jurídica, proteção ambiental e eficiência administrativa.

Também foi destacado que uma das principais dificuldades anteriormente enfrentadas pelos empreendedores relacionava-se ao elevado tempo de tramitação dos processos ambientais conduzidos por órgãos estaduais. Como exemplo, foram mencionados casos de licenciamentos que demandaram vários anos para conclusão.

O Prefeito de Itaiópolis, Sr. Ivan Rech, ressaltou que a legislação ambiental permanece a mesma, independentemente do ente responsável pelo processamento do licenciamento, alterando-se apenas o órgão executor do procedimento, motivo pelo qual as exigências técnicas e documentais continuam obrigatórias.

Durante os debates, alguns prefeitos relataram preocupação com possíveis atrasos na análise de processos protocolados recentemente, sugerindo acompanhamento mais próximo da gestão do serviço ambiental regionalizado. Ficou acordado o monitoramento contínuo dos fluxos de trabalho e dos prazos de análise, visando garantir maior eficiência operacional.

Na sequência, foram discutidas questões relacionadas às áreas de preservação permanente, ocupações consolidadas e medidas preventivas voltadas à redução de enchentes e desastres naturais. Os participantes destacaram a necessidade de fortalecimento das ações preventivas, especialmente desassoreamento de rios, regularização de pedreiras e cascalheiras, além da elaboração de planos socioambientais regionais.

CODEPLAN



Também foi registrada preocupação dos municípios quanto aos elevados custos decorrentes de eventuais processos de remoção e indenização de moradores situados em áreas de risco e áreas de preservação permanente sujeitas a alagamentos.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pela Presidente e Diretor Executivo.

**HELIO DANIEL
COSTA:0006201
3939**

Assinado de forma digital
por HELIO DANIEL
COSTA:00062013939
Dados: 2026.06.02 08:17:58
-03'00'

**ANA CLAUDIA
DA SILVEIRA
QUEGE:9275136
9987**

Assinado de forma
digital por ANA
CLAUDIA DA SILVEIRA
QUEGE:92751369987
Dados: 2026.06.05
09:46:35 -03'00'